

FONTES E MÉTODOS PARA O ESTUDO DA PROFISSÃO DOCENTE NO COLÉGIO PEDRO II

Amália Dias, DDSE

Eixo 6 Pesquisa em Educação: Abordagens Teóricas e Métodos

Na dissertação de mestrado concluída investigamos o processo de profissionalização do magistério do ensino secundário, no período de 1931 a 1946, abordando-o tanto do ponto de vista da formação e das condições do exercício do ofício para esse nível de ensino, quanto das medidas voltadas para a definição do docente como trabalhador. Desta forma contemplamos as definições acerca do estatuto social e econômico do magistério de ensino secundário.

Por meio das implicações das reformas do ensino secundário sobre a organização do trabalho docente nas escolas, em face das funções sociais e políticas atribuídas ao ensino e pelas concepções veiculadas acerca do magistério notamos os meios pelos quais o Estado procurava determinar um conjunto de saberes e normas de conduta que deveriam orientar a formação do professor e o exercício do magistério.

Além das iniciativas em tentar conformar a formação dos docentes e sua prática, com efeitos precisos para o professorado e seu campo de trabalho, consideramos a ampla interferência do Estado na definição das condições de trabalho do magistério. Efetuamos a análise a respeito da atuação estatal na configuração do estatuto profissional e econômico dos professores do ensino secundário, em face da organização da legislação trabalhista. Abordamos a regulamentação do registro profissional e dos contratos de trabalho com os donos de estabelecimentos privados de ensino e, quanto ao Colégio Pedro II, onde o empregador é mesmo o Estado, examinamos aspectos da seleção e carreira dos docentes daquela instituição (DIAS, 2008).

Nesta comunicação, apresentaremos as diretrizes que orientaram o trabalho de seleção e tratamento das fontes desta pesquisa e suas estreitas relações com o referencial teórico que a informou. Neste sentido, buscamos problematizar as relações entre metodologia, fontes e referencial teórico e divulgar como identificamos e analisamos as políticas de profissionalização do magistério no pós-1930. Daremos ênfase ao trabalho de pesquisa documental acerca da gestão de políticas de profissionalização destinadas ao magistério do Colégio Pedro II, e de como nossas preocupações teóricas repercutiram sobre o trabalho empírico de seleção e análise de fontes, mas, também, de como o referencial teórico foi iluminado e contrastado em face da pesquisa documental.

A confrontação do referencial teórico e da historiografia com a pesquisa documental revelou a gestação de políticas de profissionalização docente caracterizadas pela correlação de forças e participação desigual de diversos atores coletivos, seja representantes do governo, do magistério particular, do ensino público, dos donos de escolas. Além disso, mesmo no interior da burocracia estatal observamos conflitos intra-estatais, impasses e negociações devido a divergências entre agências do governo. A pesquisa nas atas da congregação do Colégio Pedro II permitiu-nos identificar as relações sociais de poder entre a instituição e os órgãos do governo, acerca das políticas de profissionalização e das reformas do ensino secundário, com repercussões sobre a organização do trabalho no Colégio.

Isto é importante porque estamos compartilhando da concepção da legislação como palco de lutas sociais, de arranjos e conflitos entre relações de força, interesses, objetivos, e concepções de mundo. Como evidenciam as postulações de Faria Filho, é importante conhecer o momento de produção dos dispositivos legais e “relacionar toda a prática legislativa e os produtos da mesma, as leis, com as relações sociais mais amplas nas quais elas estão inseridas e as quais elas contribuem para produzir” (FARIA FILHO, 2005, p.99). Compartilhamos da definição de que o estudo da legislação deve ser realizado com base numa concepção precisa de Estado, a fim de se “verificar tudo aquilo de relacional e conflitivo que ele abriga, à sombra do tom aparentemente monocórdio da narrativa contida nos documentos” (MENDONÇA, 2005, p.13).

Nesse sentido, o trabalho metodológico manteve estreitas relações com nosso posicionamento teórico sobre o Estado, que é uma contrapartida a concepções bastante recorrentes nas reflexões sobre o Estado no Brasil, em que este é apresentado como um ente homogêneo, preciso, monolítico, que paira, age violentamente e prevalece sobre a sociedade apática e fluida.

Nossa pesquisa permite observar que, mesmo sob o período autoritário do Estado Novo, a elaboração de políticas públicas não se eximiu dos conflitos entre diversos grupos organizados, que por meio de comissões, relatórios, anteprojetos, substitutivos, pareceres e campanhas, encaminharam suas propostas, manifestaram resistências, articularam alianças e disputaram a hegemonia do processo decisório, segundo seus interesses de classe. Privilegiamos nas fontes eleitas e no cruzamento entre elas, as divergências internas, as opiniões manifestas, as estratégias de negociação e práticas de resistência daqueles grupos que, coletivamente organizados, buscavam influir nos rumos do ensino secundário no país e defendiam tenazmente a autonomia do Colégio Pedro II frente à ampliação da intervenção do Ministério da Educação.

Numa perspectiva gramsciana, operamos sob as fontes e refletimos sobre as complexas relações entre ação política e ação cultural, evidenciando pela pesquisa ora concluída, que mesmo um regime no qual a sociedade política se tornava gradativamente ditatorial, autoritária, centralizadora e coercitiva, esta não prescindiu de articular a hegemonia da sociedade civil via educação e seus agentes (GRAMSCI, 2007), como o trabalho metodológico contrastado com o referencial teórico possibilitou concluir.

Palavras-chave: Fonte, Metodologia, magistério.

Referências bibliográficas:

DIAS, Amália. *Apostolado cívico e trabalhadores do ensino: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946)*, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008.

FARIA FILHO, Luciano. “Fazer história da educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendiz”. FARIA FILHO, Luciano (org.) *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. (Org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF: Vício de Leitura, 2005.